



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*09:00 - Audição da APIFARMA, a requerimento do CDS-PP, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»;*

*09:45 - Audição da APORMED, a requerimento do CDS-PP, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»;*

*10:30 - Audição da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, a requerimento do PSD, sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015»;*

*11:15 - Audição da Administração Central do Sistema de Saúde, a requerimento do PSD, sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015».*

---

Antes de se iniciar a audição, o Presidente deu algumas informações, designadamente sobre a entrada de requerimentos do PCP e do PS, que solicitam audições sobre vacinação. Depois de lembrar que esta temática é tratada num capítulo da PPL 49/XIII/2.<sup>a</sup>, que aprova a lei da Saúde Pública, e que está a ser objeto de análise, na especialidade, em GT, perguntou se as entidades propostas são todas para ouvir em Comissão, se poderão ser ouvidas no GT Saúde Pública e se poderão ser pedidos pareceres a algumas delas.

A Deputada Luísa Salgueiro disse que não faz sentido duplicar as audições, sugerindo que as realizadas em Comissão já não o sejam no GT; a Deputada Isabel Galriça Neto sugeriu que se ouvissem em Comissão as entidades diretamente relacionadas com a vacinação e as outras poderão ser no GT ou ser pedido parecer, lembrando que a PPL Saúde Pública vai para além do problema da vacinação; o Deputado Luís Vales considera exagerado ouvir esse conjunto de entidades em Comissão, concordando que algumas possam enviar parecer; a Deputada Carla Cruz referiu também que a PPL da Saúde Pública vai para além da vacinação e que as audições



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

na Comissão poderão ser úteis ao GT, desde que as entidades sejam avisadas atempadamente de que deverão pronunciar-se sobre a PPL.

Os GP's proponentes das audições comprometeram-se a indicar as entidades que deverão ser ouvidas em Comissão, as que deverão ser ouvidas no GT e aquelas a quem será pedido parecer.

O Presidente colocou à votação os requerimentos do PCP e do PS, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

09:00 - Audição da APIFARMA, a requerimento do CDS-PP, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»

O Presidente cumprimentou os dirigentes da APIFARMA, sendo que o Presidente da Direção da APIFARMA, João Almeida Lopes, veio acompanhado por Eduardo Pinto-Leite e Cristina Campos, Vice-Presidentes da Direção e Miguel Ginestal, Assessor de Direção. De seguida deu a palavra à Deputada Isabel Galriça Neto para apresentar o [requerimento](#) que solicita esta audição. A Deputada enquadrou a situação sobre a qual incide o requerimento referindo que a manutenção da dívida, em nível elevado, compromete a coesão social e o acesso a bons cuidados de saúde e colocou questões, nomeadamente sobre o montante das dívidas em causa, se reuniram com o Ministério da Saúde para delinear um plano para o pagamento das dívidas à APIFARMA, e qual foi a resposta obtida, se o prazo de pagamento tem vindo a ser alargado e se há assimetrias nos montantes das dívidas em atraso.

Entretanto a APIFARMA entregou [documentação](#) que foi distribuída.

O Deputado Miguel Santos agradeceu a documentação disponibilizada, salientando que não é portadora de boas notícias. O PSD tem questionado o Governo sobre as dívidas, mas o que este tem feito é um discurso facilitador. Todos os indicadores são negativos, sublinhando que a forma como são geridos os recursos afeta as pessoas. A sua preocupação prende-se com o que vai acontecer este ano sobre o montante da dívida, que nos três primeiros meses de 2017 ascende a cerca de 133 milhões de euros e, se tudo se mantiver inalterado, a dívida chegará a 420 milhões de euros, mas, se acontecer algum descontrolo, ainda ser maior.

A Deputada Luísa Salgueiro considerou importante a realização desta audição e das seguintes porque permitem ter uma perspetiva global do problema. Houve uma transferência excecional no ano anterior e neste ano o Governo pensa fazer essa transferência ao longo do tempo. Perguntou se a questão das dívidas em atraso é uma situação anómala entre o Governo e a APIFARMA e se



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

consideram que há uma grande discrepância no primeiro trimestre deste ano e se consideram ainda que é uma situação alarmante que não permite atingir as metas.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu o *dossier*. Portugal é um dos países onde o SNS é mais subfinanciado, e, depois de se cortar tanto, é natural que a capacidade de resposta esteja deteriorada. Para ir de encontro à resolução do problema o BE apresentou um Projeto de Resolução propondo uma revisão plurianual estável, para se acabar com o subfinanciamento do SNS. Questionou a APIFARMA sobre a evolução de gastos com medicamentos, designadamente com novos medicamentos que no IPO de Lisboa, em 2016, tiveram um aumento de 16%, sobre a forma de ultrapassar o subfinanciamento do SNS e se a indústria descontinua fármacos que não são atrativos em termos de lucro e de rentabilidade, apesar de serem eficazes.

A Deputada Carla Cruz constata que o documento da APIFARMA retrata o subfinanciamento crónico do SNS, que é de há muitos anos, quase desde o seu início. O PCP tem questionado o Ministro sobre esta questão e apresentou um Projeto de Resolução propondo ao Governo a elaboração de um plano de pagamento das dívidas do SNS, englobando todos os credores. Fez diversas perguntas, nomeadamente sobre a relação entre o financiamento e a situação atual, sobre o que a tutela e a indústria têm feito para regularizar a dívida, sobre a inovação de medicamentos que tragam efetividade e se há medicamentos cuja capacidade para tratar doenças oncológicas está comprovada, mas há desinteresse da indústria em produzi-los.

O Presidente da APIFARMA respondeu às questões colocadas, clarificando que a retirada dos medicamentos mais antigos do mercado tem a ver com decisões a nível europeu e isso não corresponde a uma vontade da indústria, mas é antes porque já não cumpriam os requisitos da União Europeia. Explicou que toda a inovação é aprovada pelos mecanismos competentes de avaliação, considerando que Portugal é talvez demasiado severo nessa avaliação. Referiu que a dívida do SNS só acontece por falta de financiamento adequado, o qual se tem vindo a agravar, refletindo-se depois no aumento da dívida. Recordou que o esforço que Portugal fez para equilibrar as contas no tempo da *troika* também teve o contributo da indústria e de outros parceiros em cerca de 2,5 milhões de euros. Disse que têm falado com o Ministro da Saúde sobre a dívida e têm sido confortados com a vontade de resolver a situação. Há necessidade de encontrar uma solução e a saúde é uma matéria potenciadora de consensos onde todos têm posições semelhantes. Disse que no mundo ocidental há necessidade de haver mais investimento na saúde e no caso português é preciso encontrar soluções adequadas para o pagamento das dívidas com mais de um ano.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

Na segunda ronda usaram da palavra os Deputados Isabel Galriça Neto, Miguel Santos, Luísa Salgueiro e Moisés Ferreira, que pediram esclarecimentos adicionais, que foram prestados pelo Presidente da APIFARMA.

O Presidente agradeceu a vinda da delegação da APIFARMA à Comissão, bem como os esclarecimentos que foram dados, podendo a vídeo/gravação ser acedida [aqui](#).

09:45 - Audição da APORMED, a requerimento do CDS-PP, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»

O Presidente agradeceu a presença da delegação da APORMED, que era constituída por Antonieta Lucas, Presidente da Direção, Luís Graça, Vice-Presidente da Direção, Filipe Pais, Vogal da Direção e João Gonçalves, Secretário-Geral.

O Presidente deu a palavra à Deputada Isabel Galriça Neto, para apresentar o [requerimento](#) do CDS-PP que solicita a audição, tendo a Deputada reconhecido que o subfinanciamento não é de agora, mas há um crescimento acentuado da dívida que não está em linha com as promessas feitas, daí que seja importante ouvir os credores sobre o que se está a passar, até porque o Governo tem desvalorizado a dívida crescente. Pretende saber quais os montantes atuais da dívida à APORMED e se há divergências em termos geográficos e por instituições, se os prazos de pagamento têm vindo a aumentar e, se não forem fornecidos dispositivos médicos, isso poderá pôr em causa a prestação de cuidados de saúde.

O Deputado Luís Vales agradeceu a presença da APORMED. Analisando os dados disponíveis sobre a dívida relativa aos anos de 2015 e 2016 constata que tem havido um agravamento, recordando que em 2011, quando chegaram ao Governo, também havia uma situação de grande endividamento. O que importa agora é saber como a APORMED encara o agravamento das dívidas relativamente a medicamentos e a dispositivos médicos, se há garantia de que o Governo vá reduzir o seu montante este ano, considerando que a sua não inversão pode pôr em causa o acesso dos doentes à saúde.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos cumprimentou a delegação e agradeceu desde já os contributos que os parceiros possam dar para solucionar o problema. Recordou que houve coisas que contribuíram para o acréscimo de dificuldades, nomeadamente a reposição de salários. Referiu que gostaria de conhecer os problemas concretos com que a Associação se debate neste ano e se tem conhecimento de utentes que estejam a ser penalizados, especialmente os oncológicos. Em



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

2017 a injeção de verbas para diminuir o pagamento a fornecedores será faseado ao longo do ano, de acordo com o anúncio do Governo.

O Deputado Moisés Ferreira falou do fundo que deveria ser criado para resolver o problema do subfinanciamento do SNS. Questionou a APORMED no sentido de saber se a situação é significativamente diferente dos últimos anos, quais as soluções para resolver o problema da dívida e a forma de resolver o subfinanciamento do SNS.

A Presidente da APORMED, que representa as empresas que disponibilizam e fornecem dispositivos médicos, agradeceu terem convocado a Associação a pronunciar-se. Passou a responder às questões colocadas, nomeadamente dizendo que a dívida em março de 2017 representa um acréscimo de 21% face a 21016, que nunca deixaram de colocar os dispositivos médicos para não prejudicar os utentes, que foram informados de que o pagamento seria faseado ao longo do ano, mas que ainda não o estão a sentir, sublinhando que as micro empresas e as PME' sofrem mais. Na metodologia de aquisição de bens não é escolhida a melhor proposta, é a do preço mais baixo e não a mais vantajosa, que seria aquela que forneceria produtos de 1.ª linha.

João Gonçalves, Secretário-Geral da APORMED deixou [documentação](#) e [gráficos](#), salientando que a informação disponibilizada no *site* está atualizada até março e aí se pode ver a evolução da dívida e que o prazo médio de pagamento foi de mais 10 dias. Fez uma pequena resenha do percurso da Associação, que foi criada em 1990 com a inscrição de 17 empresas, e que agora já tem cerca de 60. Informou que em 2016 a maioria das empresas do setor foi muito penalizada, tiveram meses consecutivos sem receber e as verbas disponibilizadas pela tutela foram para as empresas farmacêuticas. Disse que os hospitais do norte do país são melhores pagadores, referindo que o Hospital de S. João tem uma boa atuação, situação oposta ao de Santa Maria. Frisou que 2016 foi um ano mau e que 2017 não é melhor, havendo hospitais que estão a pagar a dois anos.

Luís Graça, da APORMED, completou a resposta informando que para contornar o subfinanciamento dos hospitais são feitas consignações que não estão incluídas nas dívidas, dado que a emissão da fatura só é feita muito mais tarde.

Na segunda ronda usaram da palavra os Deputados Isabel Galriça Neto, Luís Vales, Miguel Santos, Maria Antónia de Almeida Santos, Moisés Ferreira e Carla Cruz, que colocaram mais perguntas e pediram esclarecimentos adicionais, que foram prestados pela Presidente e pelo Vice-Presidente da APORMED.

O Presidente agradeceu a vinda do Presidente da APORMED à Comissão, bem como os esclarecimentos que foram dados, podendo a vídeo/gravação ser acedida [aqui](#).



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

10:30 - Audição da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, a requerimento do PSD, sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015»

O Presidente deu a palavra ao Deputado Miguel Santos, para apresentar o [requerimento](#) do PSD que solicita a audição, tendo o Deputado referido que existe um deterioramento da dívida e do prazo de pagamento do SNS. No final de 2016 um cheque de 220 milhões de euros fez com que a dívida fosse de 200 milhões e, este ano, se não houver novo cheque a dívida aumentará, até porque a assunção de dívida dos hospitais não aconteceu no final de 2016, vai ser faturada este ano. Colocou algumas questões, nomeadamente sobre o montante das dívidas do SNS aos hospitais privados e se este ano ela é maior do que no ano passado no mesmo período e se o setor privado está a fazer mais cirurgias. Pediu à APORMED para se pronunciar sobre a colocação de dispositivos médicos à consignação, sendo a fatura emitida à medida que os produtos vão sendo consumidos.

A Deputada Luísa Salgueiro solicitou esclarecimentos quanto à dívida e ao prazo de pagamento aos hospitais privados no sentido de saber se existe alguma situação anormal e se haverá necessidade de fazer uma intervenção extraordinária e se nos anos anteriores a evolução da dívida foi diferente da atual. Perguntou se existe algum risco dessa dívida afetar os utentes, repercutindo-se na prestação do serviço da entidade aos utentes.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o problema radica no subfinanciamento do SNS, defendendo que tem de haver mais investimento e usar melhor os recursos públicos, privilegiando o SNS e deixando de fazer externalização de serviços. Perguntou qual é o montante envolvido nas dívidas aos privados e quais são as áreas onde é mais evidente o recurso a privados, por região ou distritos, e se esse recurso tem aumentado em relação a anos anteriores. Defende que o setor privado na saúde só deverá ser financiado em termos de complementaridade.

A Deputada Isabel Galriça Neto começou por referir que trabalha num grupo privado e que isso em nada coarta a sua verticalidade e transparência. Não tem qualquer preconceito sobre a participação do setor privado e social na saúde, preservando a liberdade de escolha por parte dos utentes. Questionou a APHP sobre o aumento das dívidas, designadamente as relativas a tratamentos e a meios complementares de diagnóstico e se existe algum plano para pagamento das dívidas. Sublinhou que foi feito um estudo que refere que, na altura da *troika*, não houve condicionamento do recurso à saúde.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

O Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), Óscar Gaspar, agradeceu ser convidado para prestar esclarecimentos e partilhar ideias sobre as questões do requerimento. Deu conta de alguns dados sobre a sua Associação, e que constam da [informação](#) distribuída. Falou do desempenho dos 110 hospitais privados em termos de urgências, de consultas e de cirurgias e de que o valor da dívida do Estado (ARS's, Hospitais e Subsistemas) aos hospitais privados ascendia, no final do 1.º trimestre de 2017, a cerca de 107 milhões de euros. Tem havido um aumento de 25 dias do prazo médio de pagamento dos subsistemas, embora não seja um problema novo, tem vindo a agravar-se. O Estado deve cumprir as regras contratuais, lembrando que *«o atraso nos pagamentos põe em causa a tesouraria e sobretudo penaliza a imagem do setor, considerando que um problema estrutural exige uma solução estrutural»*. Disse que o recurso do SNS aos hospitais privados tem a ver essencialmente com cirurgias, especialmente ortopédicas e oftalmológicas, e sobre os produtos à consignação referidos não tem conhecimento. Considera que há um subfinanciamento crónico do SNS ao longo dos tempos e a forma correta de gerir seria a de reforçar o financiamento para suprir as dificuldades financeiras. Disse que o Estado recorre à externalização de serviços porque entende que é mais eficiente recorrer ao privado, poupando recursos. Referiu que o Ministro da Saúde deve ter capacidade para planear e dispor dos meios financeiros para satisfazer os compromissos assumidos. No que se refere às PPP's, fundamentalmente a de Cascais, deve-se estudar e depois decidir se a gestão deverá ser privada ou pública, lembrando que o Relatório da Gulbenkian reconhece que todos têm um papel a desempenhar.

Na segunda ronda usaram da palavra, para comentar e pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, Luísa Salgueiro, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, questões que foram respondidas pelo Presidente da APHP.

O Presidente agradeceu a vinda à Comissão da Presidente da APHP, bem como os esclarecimentos prestados, podendo a vídeo/gravação ser acedida [aqui](#).

11:15 - Audição da Administração Central do Sistema de Saúde, a requerimento do PSD, sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015»

O Presidente deu a palavra ao Deputado Miguel Santos, para apresentar o [requerimento](#) do PSD que solicita a audição, tendo o Deputado referido que o OE 2017 estava em linha com os anteriores e assumia mais despesa, implicando cortes nalgumas rúbricas. Lembrou que a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) disse publicamente que o OE 2016 não acautelava a reposição de salários e isso verificou-se. O Ministro da Saúde vem continuamente assumindo compromissos, o que o leva a pensar que o problema financeiro se deteriorará. Enumerou alguns dados do portal do SNS que apenas estão atualizados até final de 2016. Referiu a recomendação da União Europeia que diz que Portugal deve aplicar a lei do enquadramento orçamental e a lei dos compromissos, questionando a ACSS sobre o calendário de pagamentos para dar cumprimento à legislação.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos agradeceu desde já os esclarecimentos da Presidente da ACSS. Entende que se verifica uma tendência de inversão da dívida e que no final de 2016 houve um esforço extraordinário para diminuir as dívidas dos hospitais, o que levou a que o défice no SNS em 2016 fosse um dos mais baixos de sempre. O Decreto-Lei n.º 25/ 2017, de 17 de março, prevê a publicação da dívida, mas tem notícias de que não está a ser cumprido, perguntando se é possível cumprir essa exigência.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o orçamento para a saúde ao longo dos anos está desfasado das necessidades do SNS, designadamente em relação à contratação dos profissionais necessários, bem como à dotação do SNS dos equipamentos necessários. Regista que o financiamento tem aumentado, mas é insuficiente para manter a qualidade, entendendo que a solução passará por haver maior racionalidade na aplicação de recursos, fundamentalmente internalizando serviços. Perguntou à ACSS quais as medidas que estão a ser tomadas para garantir cuidados de saúde às populações sobre a promoção da saúde e a prevenção da doença.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que as audições já realizadas comprovam as razões para a preocupação do CDS-PP e as novidades são que apesar das injeções no final do ano a dívida continua a crescer, que o prazo de pagamento é dilatado e também que a colocação de dispositivos médicos à consignação mais não fazem do que mascarar a dívida. Perguntou se a ACSS tem conhecimento de algum plano de pagamento faseado para evitar o efeito de injeção no final do ano, se há assimetria geográfica no atraso de pagamentos e se há favorecimento nos pagamentos em atraso.

A Deputada Carla Cruz solicitou à ACSS pronúncia sobre a evolução da dívida e outra informação que julgue pertinente. Considera que deve haver um reforço dos profissionais, a substituição de equipamentos obsoletos e a internalização dos cuidados de saúde. Existe um instrumento no OE que prevê a substituição progressiva do recurso a empresas de trabalho temporário, e que se recorra a profissionais individualmente. Perguntou o que tem a dizer sobre o pagamento faseado da dívida, se confirma a existência do recurso às consignações por parte dos hospitais e o que





## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

entende dessa prática, que razões encontra para haver assimetria entre os hospitais do norte e os do sul e que medidas estão a ser tomadas para debelar essas situações.

A Presidente da ACSS fez uma [apresentação](#) em *power point* sobre as dívidas aos fornecedores de bens e serviços no SNS, mostrando a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso, a evolução da variação dos pagamentos em atraso, a variação mensal dos pagamentos em atraso, as medidas para intervir na sazonalidade dos pagamentos em atraso a fim de melhorar a gestão de tesouraria dos EPE, a integração de saldos e reforço de financiamento, a redução da despesa e a melhoria da eficiência, estimando que a conta consolidada do SNS para 2017 tenha um saldo negativo de 248 milhões de euros. Respondendo a questões, disse que as consignações são uma prática que não é nova nos hospitais e que é usada nas áreas de oftalmologia e ortopedia, mas desconhece outro tipo de consignações, que os pagamentos em atraso são feitos por antiguidade da dívida, que há assimetrias nas áreas da farmácia, do transporte de doentes e de cuidados continuados e que a ACSS veria com bons olhos a existência de um planeamento plurianual para pagamento das dívidas.

Na segunda ronda usaram da palavra, para comentar e pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, Luísa Salgueiro, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, questões que foram respondidas pela Presidente da ACSS.

O Presidente agradeceu a vinda à Comissão da Presidente da ACSS e os esclarecimentos prestados, podendo a vídeo/gravação da audição ser acedida [aqui](#).

A reunião foi encerrada às 14:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a 1.ª parte da reunião ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 26 abril 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 71/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Carla Cruz  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Laura Monteiro Magalhães  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
José Luís Ferreira  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a Senhora Deputada:

Ângela Guerra